



ACÓRDÃO Nº1515/2022– TCE–TRIBUNAL PLENO

- 1- **Processo TCE - AM nº11724/2019.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual.
- 3- **Órgão:** Empresa Estadual de Turismo – AMAZONASTUR.
- 4- **Exercício:** 2018.
- 5- **Responsável:** Orsine Rufino de Oliveira Junior (Ordenador de Despesa).
- 6- **Advogado:** Agnaldo Alves Monteiro – OAB/AM 6437 e Tilara Fonseca Fernandes – OAB/AM 12657.
- 7- **Unidade Técnica:** DICAÍ.
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 4350/2022-DIMP, Dr. Ademir Carvalho Pinheiro, Procurador de Contas.
- 9- **Relator:** Auditor Luiz Henrique Pereira Mendes.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Empresa Estadual de Turismo - AMAZONASTUR. Exercício de 2018.

Irregularidade. Multa. Representação. Ciência.

10- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 3, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos da proposta de voto do Excelentíssimo Senhor Auditor-Relator, **em parcial consonância** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

10.1. Julgar irregular a Prestação de Contas Anual do Sr. **Orsine Rufino de Oliveira Junior**, ordenador de despesas da Empresa Estadual de Turismo do Amazonas – AMAZONASTUR, exercício 2018, com fulcro no art. 22, inciso III, alínea “b” e “c”, da Lei nº 2.423/1996-LO-TCE/AM, em razão das seguintes impropriedades consideradas não sanadas ao longo da proposta do Relatório/Voto:

- 10.1.1.** Atraso no envio dos balancetes mensais, via sistema e-contas;
- 10.1.2.** Divergência entre os registros contábeis e o extrato bancário;
- 10.1.3.** Falta de transparência, violando a Lei nº 12.527/2011;
- 10.1.4.** Ausência de atestado de exclusividade, da razão da escolha do fornecedor e da justificativa do preço quando contratou por meio de inexigibilidade, violando o art. 30 da



ACÓRDÃO Nº1515/2022– TCE–TRIBUNAL PLENO

Lei nº 13.303/2016;

- 10.1.5.** Ausência de nomeação de fiscal de contrato, violando o art. 40, inciso VII, da Lei nº 13.303/2016;
- 10.1.6.** Ausência de parecer técnico ou jurídico sobre inexigibilidade de licitação, violando o art. 40, inciso IV, da Lei nº 13.303/2016;
- 10.1.7.** Ausência de atos de adjudicação do objeto e de homologação do resultado das licitações, violando o art. artigo 40, inciso IV, da Lei nº 13.303/2016
- 10.1.8.** Ausência de cobertura contratual de serviços contratados, violando o art. 28 c/c art. 75 da Lei nº 13.303/2016;
- 10.1.9.** Ausência de comprovação de capacidade econômica e financeira da contratada, violando o art. 58, inciso III, da Lei nº 13.303/2016);
- 10.1.10.** Ausência das seguintes cláusulas contratuais, que estabeleçam: o regime de execução ou a forma de fornecimento; as garantias oferecidas para assegurar a plena execução do objeto contratual, quando exigidas; os casos de rescisão do contrato e os mecanismos para alteração de seus termos; a vinculação ao instrumento convocatório da respectiva licitação ou ao termo que a dispensou ou a inexigiu, bem como ao lance ou proposta do licitante vencedor; a obrigação do contratado de manter, durante a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, as condições de habilitação e qualificação exigidas no curso do procedimento licitatório, violando o art. 69, incisos II, V, VII, VIII, IX, respectivamente, da Lei nº 13.303/2016);
- 10.1.11.** Contratação por meio de dispensa emergencial sem a devida caracterização da situação emergencial ou calamitosa que justifique a referida dispensa violando o art. 30, inciso I, da Lei nº 13.303/2016;
- 10.1.12.** Ausência de demonstração dos motivos que levaram à contratação de serviços de publicidade e divulgação pela via da inexigibilidade, violando o art. 30, inciso II, da Lei nº 13.303/2016;
- 10.1.13.** Ausência de preposto, por parte da contratada, violando o art. 76 do Regulamento de Licitações e Contratos da AMAZONASTUR c/c artigo 40, inciso VII, da Lei nº 13.303/2016;
- 10.1.14.** Pagamento com recursos públicos de juros/multa relacionados ao aluguel do Prédio Sede da AMAZONASTUR, no valor total de R\$ 7.077,25; e
- 10.1.15.** Ausência de publicidade, com periodicidade mínima



ACÓRDÃO Nº1515/2022– TCE–TRIBUNAL PLENO

semestral, em sítio eletrônico oficial na internet de acesso irrestrito, à relação das aquisições de bens efetivadas pelas empresas públicas e pelas sociedades de economia mista, violando o art. 48 da Lei nº 13.303/2016.

10.2. Aplicar Multa ao Sr. **Orsine Rufino de Oliveira Junior**, com fulcro no art. 53, *caput*, da Lei nº 2.423/1996-LO-TCE/AM, no valor de **R\$ 352.093,11** (trezentos e cinquenta e dois mil, noventa e três reais e onze centavos) correspondente a 10% do dano erário devidamente comprovado nos autos, referenciado no item anterior e fixar **prazo de 30 (trinta) dias** para que o responsável recolha o valor da multa na esfera Estadual para o órgão Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE, através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código “5508 – Multas aplicadas pelo TCE/AM – Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo – FAECE”.

Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (autenticado pelo Banco) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo (art. 73 da Lei Orgânica do TCE/AM), ficando o DEREDE autorizado, caso expirado o referido prazo, a adotar as medidas previstas nas subseções III e IV da Seção III, do Capítulo X, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, bem como proceder, conforme estabelecido no Acordo de Cooperação firmado com o Instituto de Estudos de Protesto de Títulos do Brasil - Seção Amazonas - IEPTB/AM, ao encaminhamento do título executivo para protesto em nome do responsável;

10.3. Aplicar Multa ao Sr. **Orsine Rufino de Oliveira Junior**, com fulcro no art. 54, inciso I, alínea “a”, da Lei nº 2.423/1996-LO-TCE/AM, no valor de **R\$ 10.240,80** (dez mil, duzentos e quarenta reais e oitenta centavos), em razão do atraso dos envios dos balancetes dos meses de janeiro, fevereiro, março, junho, julho e dezembro/2018 e **fixar prazo de 30 (trinta) dias** para que o responsável recolha o valor da multa na esfera Estadual para o órgão Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE, através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código “5508 – Multas aplicadas pelo TCE/AM – Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo – FAECE”.

Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (autenticado pelo Banco) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na



ACÓRDÃO Nº1515/2022– TCE–TRIBUNAL PLENO

continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo (art. 73 da Lei Orgânica do TCE/AM), ficando o DEREDE autorizado, caso expirado o referido prazo, a adotar as medidas previstas nas subseções III e IV da Seção III, do Capítulo X, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, bem como proceder, conforme estabelecido no Acordo de Cooperação firmado com o Instituto de Estudos de Protesto de Títulos do Brasil - Seção Amazonas - IEPTB/AM, ao encaminhamento do título executivo para protesto em nome do responsável;

10.4. Aplicar Multa ao Sr. **Orsine Rufino de Oliveira Junior**, com fulcro no art. 54, inciso VI, da Lei nº 2.423/1996-LO-TCE/AM, no valor de **R\$ 30.000,00** (trinta mil reais) e fixar **prazo de 30 (trinta) dias** para que o responsável recolha o valor da multa, na esfera Estadual para o órgão Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE, através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código “5508 – Multas aplicadas pelo TCE/AM – Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo – FAECE”, razão das seguintes impropriedades observadas e não sanadas nesta prestação de contas:

- 10.4.1.** Falta de transparência, violando a Lei nº 12.527/2011;
- 10.4.2.** Ausência de atestado de exclusividade, da razão da escolha do fornecedor e da justificativa do preço quando contratou por meio de inexigibilidade, violando o art. 30 da Lei nº 13.303/2016;
- 10.4.3.** Ausência de nomeação de fiscal de contrato, violando o art. 40, inciso VII, da Lei nº 13.303/2016;
- 10.4.4.** Ausência de parecer técnico ou jurídico sobre inexigibilidade de licitação, violando o art. 40, inciso IV, da Lei nº 13.303/2016;
- 10.4.5.** Ausência de atos de adjudicação do objeto e de homologação do resultado das licitações, violando o art. artigo 40, inciso IV, da Lei nº 13.303/2016
- 10.4.6.** Ausência de cobertura contratual de serviços contratados, violando o art. 28 c/c art. 75 da Lei nº 13.303/2016;
- 10.4.7.** Ausência de comprovação de capacidade econômica e financeira da contratada, violando o ao art. 58, inciso III, da Lei nº 13.303/2016);
- 10.4.8.** Ausência das seguintes cláusulas contratuais, que estabeleçam: o regime de execução ou a forma de fornecimento; as garantias oferecidas para assegurar a plena execução do objeto contratual, quando exigidas; os casos de rescisão do contrato e os mecanismos para alteração de seus termos; a vinculação ao instrumento convocatório da respectiva licitação ou ao termo que a



ACÓRDÃO Nº1515/2022– TCE–TRIBUNAL PLENO

dispensou ou a inexigiu, bem como ao lance ou proposta do licitante vencedor; a obrigação do contratado de manter, durante a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, as condições de habilitação e qualificação exigidas no curso do procedimento licitatório, violando o art. 69, incisos II, V, VII, VIII, IX, respectivamente, da Lei nº 13.303/2016);

10.4.9. Contratação por meio de dispensa emergencial sem a devida caracterização da situação emergencial ou calamitosa que justifique a referida dispensa violando o art. 30, inciso I, da Lei nº 13.303/2016;

10.4.10. Ausência de demonstração dos motivos que levaram à contratação de serviços de publicidade e divulgação pela via da inexigibilidade, violando o art. 30, inciso II, da Lei nº 13.303/2016;

10.4.11. Ausência de preposto, por parte da contratada, violando o art. 76 do Regulamento de Licitações e Contratos da AMAZONASTUR c/c artigo 40, inciso VII, da Lei nº 13.303/2016; e

10.4.12. Ausência de publicidade, com periodicidade mínima semestral, em sítio eletrônico oficial na internet de acesso irrestrito, à relação das aquisições de bens efetivadas pelas empresas públicas e pelas sociedades de economia mista, violando o art. 48 da Lei nº 13.303/2016.

Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (autenticado pelo Banco) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo (art. 73 da Lei Orgânica do TCE/AM), ficando o DERED autorizado, caso expirado o referido prazo, a adotar as medidas previstas nas subseções III e IV da Seção III, do Capítulo X, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, bem como proceder, conforme estabelecido no Acordo de Cooperação firmado com o Instituto de Estudos de Protesto de Títulos do Brasil - Seção Amazonas - IEPTB/AM, ao encaminhamento do título executivo para protesto em nome do responsável;

10.5. Representar ao Ministério Público do Estado do Amazonas, ante o cometimento de possíveis atos de improbidade administrativa, encaminhando-lhe cópia integral destes autos, pela via digital.



ACÓRDÃO Nº1515/2022– TCE–TRIBUNAL PLENO

10.6. Dar ciência deste *decisum* ao Sr. **Orsine Rufino de Oliveira Junior** por meio de seu advogado devidamente constituído nos autos.

11- Ata: 33ª Sessão Ordinária– Tribunal Pleno.

12- Data da Sessão: 13 de Setembro de 2022

13- Especificação do quorum: Conselheiros: Érico Xavier Desterro e Silva (Presidente – não votou), Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos, Mario Manoel Coelho de Mello e Luis Fabian Pereira Barbosa.

13.1. Auditor presente e Relator: Luiz Henrique Pereira Mendes.

14- Representante do Ministério Público de Contas: Dra. Fernanda Cantanhede Veiga Mendonça, Procuradora-Geral.

ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA
Conselheiro-Presidente

LUIZ HENRIQUE PEREIRA MENDES
Auditor-Relator

FERNANDA CANTANHEDE VEIGA MENDONÇA
Procuradora-Geral